

MISSAO EVANGELICA CAIUA
 CNPJ:03.747.268/0001-80 NR:420 - 08/08/1975
 Posto Indigena - Chacara dos Caiuas , S/N, Bairro : Chacaras Caiuas
 DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO ENCERRADO 31/12/2021

(Em reais)

		2021	2020			2021	2020
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Entidade - Sem Restrição				Obrigações Entidade - Sem Restrição			
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 13A	2.675.381,59	13.070.548,38	Fornecedores	Nota 15A	56.938,75	97.244,84
				Emprestimos	Nota 15C	170.600,00	0,00
Creditos a Receber	Nota 13B	25.062,28	68.883,61	Obrigações com Pessoal	Nota 15D	176.236,69	184.367,41
				Obrigações Sociais	Nota 15E	41.581,74	41.056,46
Ações Judiciais	Nota 13B	3.629,63	3.382,11	Obrigações Fiscais	Nota 15F	17.182,08	30.009,08
				Obrigações Diversas	Nota 15G	390.612,13	457.785,89
Valores a Recuperar	Nota 13F	270,16	1.026,22	Subvenções a realizar	Nota 16	568,36	2.799.795,03
				Total do Circulante - Sem Restrição		853.719,75	3.610.258,71
Adiantamentos	Nota 13G	10.373,50	14.752,62	Obrigações Convênios - Com Restrição			
				Fornecedores	Nota 15B	10.763,52	10.100,92
Estoques	Nota 13J	1.333.122,70	1.338.956,30	Obrigações com Pessoal	Nota 15H	13.603.402,71	15.898.506,14
				Obrigações Sociais	Nota 15I	3.104.766,97	4.365.904,43
Despesas Antecipadas	Nota 13I	48.755,56	275,43	Obrigações Fiscais	Nota 15J	3.512.116,19	3.962.064,52
				Obrigações Diversas	Nota 15K	2.655.197,25	1.057.740,74
Total do Circulante Entidade -Sem Restrição		4.096.595,42	14.497.549,24	Subvenções a realizar	Nota 16	141.237.811,35	108.847.622,21
Convênios - Com Restrição				Total do Circulante - Com Restrição		164.124.057,99	134.141.938,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 13B	161.764.003,56	132.096.180,11	TOTAL DO CIRCULANTE		164.977.777,74	137.752.197,67
				NÃO CIRCULANTE			
Creditos a Receber	Nota 13E	3.700,18	846.951,15	Com Restrição			
				Passivo Contingencial			
Valores a Recuperar	Nota 13H	0,00	1.232,30	Ações Judiciais Contingenciais	Nota 17A	9.131.872,88	5.890.153,84
				Total do Passivo Contingencial		9.131.872,88	5.890.153,84
Adiantamentos	Nota 13I	0,00	1.149.358,16	Sem Restrição			
				Emprestimos			
Estoque	Nota 13K	16.030,32	14.528,96	Emprestimos	Nota 19	690.000,00	890.000,00
Total do Circulante Convênios - Com		161.783.734,06	134.108.250,68				

Restrição							
TOTAL DO CIRCULANTE		165.880.329,48	148.605.799,92	Ações Judiciais Contingenciais	Nota 17A	0,00	1.200,00
				Total do Emprestimo		690.000,00	891.200,00
NÃO - CIRCULANTE							
Entidade -Sem Restrição				Subvenção a Realizar			
Imobilizado	Nota 14	1.021.121,40	1.241.942,26	Convenio 219/2020	Nota 20	7.126.225,92	9.717.580,80
Ações Judiciais - Contingenciais	Nota M	0,00	1.200,00	Total do Emprestimo		7.126.225,92	9.717.580,80
				Total do Não Circulante Com Restrição		7.816.225,92	16.498.934,64
Total do Não Circulante Entidade - Sem Restrição		1.021.121,40	1.243.142,26	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.948.098,80	16.498.934,64
Convênios - Com Restrição				PATRIMONIO LIQUIDO			
Ações Judiciais - Contingenciais	Nota 13M	9.131.872,88	5.890.153,84	Patrimonio Social	Nota 22	1.488.239,14	703.301,15
Subvenções a Realizar - Conv. 2019-2020	Nota 13N	7.126.225,92	0,00	Ajustes de Exercicios Anteriores	Nota 23	82.496,99	66.011,68
Total do Não Circulante Convênios - Com Restrição		16.258.098,80	5.890.153,84	Deficit do Exercicio	Nota 21	-337.062,99	718.926,31
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		17.279.220,20	7.133.296,10	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO		1.233.673,14	1.488.239,14
TOTAL DO ATIVO		183.159.549,68	155.739.371,45	TOTAL DO PASSIVO		183.159.549,68	155.739.371,45

GERALDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE
CPF -117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CPF - 809.843.120.72
CRC/MS-010510/O-0

MISSAO EVANGELICA CAIUA

CNPJ:03.747.268/0001-80

NR:420 - 08/08/1975

Posto Indigena - Chacara dos Caiuas , S/N, Bairro : Chacaras Caiuas

DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMPARATIVO PELO METODO DIRETO EM 31/12/2021

VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES		2021	2020
Redução (aumento) de Ativos		2.781.205,85	2.497.099,66
Contas a Receber	Nota 13D 13E	463.195,82	118.807,48
Receitas	Nota 13J 24 25	2.318.010,03	2.378.292,18
Aumento (redução) de Passivos		23.745.008,83	59.641.881,81
Salarios e Encargos Sociais do Pessoal	Nota 15D 15E 15H 15I	-207213021,1	-183570687
Contribuições Fiscais, Impostos e Taxas	Nota 15F 15G 15J 15K	-19253934,12	-15962962,63
Outros Pagamentos	Nota 13D 13F 13H 13C	254197136,3	262457584,4
Adiantamentos	Nota 13G 13I	-2.323.775,51	-1.706.727,70
Fornecedores	Nota 15A 15B	-1.661.396,69	-1.575.325,17
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Imobilizado	Nota 14	-97.932,10	-53.718,30
Construções em Andamento	Nota 14	0,00	1.950,00
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-97.932,10	-55.668,30
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de Empréstimos	Nota 19	-200.000,00	-17.661,68
Empréstimos Tomados	Nota 13C	170.600,00	437.661,68
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-29.400,00	420.000,00
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-26.398.882,58	-62.503.313,17
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Periodo	13A	145.166.728,49	82.663.415,32

Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período

13B

171.565.611,07

145.166.728,49

GERALDO SILVEIRA FILHO

PRESIDENTE

CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA

CONTADORA

CPF - 809.843.120-72

CRC/MS-010510/O-0

MISSAO EVANGELICA CAIUA

CNPJ:03.747.268/0001-80

NR:420 - 08/08/1975

Posto Indígena - Chacara dos Caiuas , S/N, Bairro : Chacaras Caiuas

DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 31/12/2021

Descrição		Patrimônio Social	Ajuste de Exerc. Ant.	Superávit/ Déficit	Patrimônio Líquido
Saldo em 01/01/2020		1.053.853,66	0,00	0,00	0,00
Superavit do Período	Nota 21	-	-	718.926,31	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	Nota 23	-	66.011,68	-	-
Transferência do Déficit do Exercício Anterior	Nota 22	350.552,51		-	-
Transferência do Ajuste do Exercício Anterior			-	-	-
Saldo em 31/12/2020		703.301,15	66.011,68	718.926,31	1.488.239,14
Deficit do Período	Nota 21		-	- 337.062,99	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	Nota 23		82.496,99	-	-
Transferência do Superavit Exercício Anterior	Nota 22	784.937,99	-		-
Transferência do Ajuste do Exercício Anterior			-	-	-
Saldo em 31/12/2021		1.488.239,14	82.496,99	- 337.062,99	1.233.673,14

GERALDO SILVEIRA FILHO

PRESIDENTE

CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA

CONTADORA

CPF - 809.843.120-72

CRC/MS-010510/O-0

MISSAO EVANGELICA CAIUA
 CNPJ:03.747.268/0001-80 NR:420 - 08/08/1975
 Posto Indigena - Chacara dos Caiuas , S/N, Bairro : Chacaras Caiuas
 DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO 31/12/2021

(Em reais)

		Em 31 de dezembro de	
		2021	2020
Receitas Operacionais - Sem Restrição			
Área da Saúde			
Igrejas	Nota 24	154.900,00	25.763,00
Doações	Nota 24	457.348,67	202.359,80
Voluntariado	Nota 24	53.677,78	127.968,24
Convenio SUS	Nota 24	0,00	576.509,54
Outras Receitas	Nota 24	80.115,24	57.146,04
Administração			
Igrejas	Nota 24	356.730,63	338.330,77
Igrejas Estrangeiras	Nota 24	28.470,04	29.662,90
Doações	Nota 24	203.161,74	71.456,44
Outras Receitas	Nota 24	1.452.529,06	1.720.359,35
Instituto			
Igrejas	Nota 24	19.552,40	22.186,40
Doações	Nota 24	203.027,74	699.635,99
Voluntariado	Nota 24	76.034,24	24.114,27
Outras Receitas	Nota 24	79.830,00	55.105,01
Campos			
Igrejas	Nota 24	26.918,14	169.986,74
Doações	Nota 24	203.027,74	0,00
Voluntariado	Nota 24	168.723,18	336.559,68
Outras Receitas	Nota 24	136.999,92	54.533,66
Total das Receitas Operacionais - Sem Restrição		3.701.046,52	4.511.677,83
Receitas Subvenções - Com Restrição	Nota 16	233.252.798,81	201.218.872,91
Total das Receitas Operacionais - Com Restrição		233.252.798,81	201.218.872,91

Receita Liquida		236.953.845,33	205.730.550,74
Despesas Operacionais - Sem Restrição			
Área da Saude			
Voluntariado	Nota 26	-53.677,78	-127.968,24
Doações	Nota 26	-457.348,67	-758.274,84
Despesas Administrativas	Nota 26	-1.095.485,63	-1.556.472,13
Área da Administração			
Administrativas	Nota 26	-607.745,52	-471.819,58
Gerais de São Paulo	Nota 26	-84.619,46	-82.915,96
Gerais de Amambai	Nota 26	-22.824,38	0,00
Administrativas Conv. São Francisco	Nota 26	-25.455,68	-33.225,08
Financeiras de São Paulo	Nota 26	-1.111,30	-20.938,89
Financeiras	Nota 26	-22.877,52	-1.383,65
Doações	Nota 26	-865,52	-3.432,70
Tributárias	Nota 26	-1.174,45	-25,01
Indedutíveis	Nota 26	-937,09	-704,33
Juridico	Nota 26	-206.559,71	-161.364,87
Instituto			
Doações	Nota 26	-203.027,74	0,00
Voluntariado	Nota 26	-76.034,24	-24.114,27
Administrativas	Nota 26	-132.797,60	-46.671,36
Campos			
Doações	Nota 26	-203.027,74	0,00
Voluntariado	Nota 26	-168.723,18	-336.559,68
Administrativas	Nota 26	-424.816,29	-443.475,30
Assistencia Social			
Doações	Nota 26	-203.027,74	-139.862,45
Total de Despesas Sem Restrição		-3.992.137,24	-4.209.208,34
Despesas Subvenção - Com Restrição	Nota 16	233.252.798,81	201.218.872,91
Total das Despesas Subvenções - Com Restrição		233.252.798,81	201.218.872,91
Receitas Financeiras - Sem Restrição			
Receitas Financeiras	Nota 25	5.353,95	73.813,93
Receitas Financeiras São Paulo	Nota 25	73,04	13,43

Total Receitas Financeiras - Sem Restrição		5.426,99	73.827,36
Receitas Diversas - Sem Restrição			
Ganhos Diversos	Nota 25	259.858,72	457.892,32
Total Receitas Diversas - Sem Restrição		259.858,72	457.892,32
Despesas Não Operacionais - Sem Restrição			
Perdas Diversas	Nota 25	-197.082,23	-41.791,65
Total Despesas Não Operacionais - Sem Restrição		-197.082,23	-41.791,65
Encargos do Período - Sem Restrição			
Encargos do Período	Nota 26	-114.175,75	-73.471,21
SUPERAVIT/DEFICIT LIQUIDO DO EXERCICIO		-337.062,99	718.926,31

GERALDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE
CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CPF - 809.843.120-72
CRC/MS-010510/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ, CNPJ 03.747.268/0001-80 é uma pessoa jurídica de direito privado de caráter assistencial integral a população indígena, com sede no posto indígena, s/nº, CEP 79.812-050, Chácara Caiuas, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, mantenedora do Hospital e Maternidade Indígena Porta da Esperança e, que tem por finalidade precípua, a promoção e assistência à saúde e educação infantil, o ensino fundamental, prestação de serviços de assistência social, desde o ano de 1928, cumprindo fielmente seus estatutos sociais e a legislação aplicável. Por tratar-se de entidade Filantrópica sem fins econômicos é reconhecida de utilidade pública Municipal (Lei nº 689 de 23/11/67), Estadual (Lei nº 283 de 26/06/68) e Federal (Lei nº 85602 de 30/12/80), Registro no CEBAS junto ao Ministério da Saúde sob nº 25000.111555/2015-00, Parágrafo único da PORTARIA Nº 1.452, de 23/12/2019, a renovação tem validade pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2018 realizado em 27/06/2012, renovado até a data de 31/12/2018, sendo protocolizado tempestivamente pedido de renovação em 26/11/2018, conforme processo nº 2500.203475/2018-14, cuja certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para as entidades sem finalidades de lucros, Resolução 1.409/12, que aprovou a Resolução Técnica ITG 2002-R1, combinada com a NBC TG 1000 (CPC PME) contabilidade para pequenas e médias empresas. Para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2021, estão sendo ladeadas pelas mesmas peças contábeis de 31/12/2020.

NOTA 03 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 04 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.

NOTA 05 – CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 06 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 25, § Único, do Estatuto Social);
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 26 do Estatuto Social);
- c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 07 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é isenta à incidência das contribuições sociais por força da Lei nº 9.532/97, Lei nº 11.096/06 e Lei nº 12.101/09, regulamentada pela Lei 8.242/2014.

NOTA 08 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO

A MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ é uma instituição social, sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º da Lei nº 12.101/09, e por isso é reconhecida como entidade beneficente de assistência social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 09 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A MISSÃO EVANGÉLICA CAIUA é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09, cumpri os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Os seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 28 do Estatuto Social);
- Aplicam suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 26 do Estatuto Social);
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art. 25, § Único, do Estatuto Social);
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde *não* direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art. 32 do Estatuto Social);
- Consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei No. 8.742/93 (LOAS) e Decreto No. 6.308/07 (art.1º, 2º, do Estatuto Social).

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (Cinco) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovam a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 10 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ possui o Registro de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS junto ao Ministério da Saúde sob nº 25000.111555/2015-00, Parágrafo único da PORTARIA Nº 1.452, de 23/12/2019, a renovação foi solicitada em 27/06/2012 e tem validade pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2018, sendo protocolizado tempestivamente, pedido de renovação em 26/11/2018, conforme processo nº 2500.203475/2018-14, cuja certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo as contribuições sociais usufruídas.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Registra-se que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS patronal) da **Entidade**, como se devido fosse usufruída durante o ano calendário de 2021, no montante de R\$ 1.320.500,70 (Um milhão, trezentos e vinte mil, quinhentos reais e setenta centavos). Indica-se ainda, nestas notas explicativas, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS patronal), geradas nos **Convênios**, como se devido fosse usufruída durante o ano calendário de 2021, foram no montante de R\$ 73.844.518,18 (Setenta e três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e dezoito reais e dezoito centavos), relativos aos encargos relacionados abaixo:

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais.
- RAT/SAT 1%
- Terceiros 5,8%
- 15% sobre serviços prestados por cooperativas.

NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 R3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** optou foi o **DIRETO**.

NOTA 12 – FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do ambiente econômico que a entidade opera.

NOTA 13 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Direitos / Circulante e Não Circulante – Os direitos da entidade foram contabilizados de acordo com o grau de exigibilidade, sendo os realizáveis até o final do exercício seguinte classificados no Ativo Circulante, enquanto que os realizáveis após o término do exercício seguinte classificados no Ativo Não Circulante.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição - Entidade - Os valores classificados no ativo circulante nas contas caixa, bancos conta movimento e aplicações com liquidez imediata, refere-se às disponibilidades da entidade para aplicações em despesas contratadas e eventuais.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição - Convênios - Os valores classificados nas contas bancos conta movimento, aplicações com liquidez imediata e cadernetas de poupança, refere-se aos saldos dos recursos provenientes dos convênios firmados com a SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena e Prefeitura Municipal de Amambai, para aplicações em despesas já contratadas. Os valores estão demonstrados pelos valores originais aplicados, acrescidos quando for o caso, dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

c) Subvenções a Receber com restrição / Circulante – Registram-se nesta rubrica os valores contratados que ainda não foram recebidos, referentes aos convênios de parcerias firmados com a SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena e Prefeitura Municipal de Dourados cujos valores são utilizados no objeto dos convênios.

d) Contas a Receber - Sem Restrição - Entidade - Registram-se nesta rubrica os valores a receber da entidade, referentes a valores pagos a maior a funcionários, ação judicial referente cheque compensado a maior e ações trabalhistas, fornecedores pagos em duplicidade ou a maior, valores a receber de funcionários referente ao plano de saúde do Convênio São Francisco/Hap Vida.

e) Contas a Receber - Com Restrição - Convênios - Registram-se nesta rubrica contas a receber de funcionários referente a folha de pagamento pagos a maior ou em duplicidade.

f) Valor a Recuperar - ISS - Sem Restrição – Entidade - Registra-se nesta rubrica valores a recuperar da entidade, os quais serão objetos de compensação em 2022.

g) Adiantamentos –Sem Restrição – Entidade - Registra-se nesta rubrica os valores originais referentes adiantamentos pagos funcionários e fornecedores.

h) Valor a Recuperar – FGTS - Com Restrição - Convênios - Registra-se nesta rubrica os valores originais referentes a FGTS dos convênios da SESAI, os quais serão objetos de compensação em 2021.

i) Adiantamentos – Com Restrição – Convênio - Registra-se nesta rubrica os valores originais referentes adiantamentos de férias, OBTV, alugueis e fornecedores.

j) Estoques / Circulante - Sem Restrição - Entidade - Registra-se nesta rubrica os estoques existentes na entidade referente a medicamentos e materiais de uso e consumo adquiridos para atendimento exclusivo da população indígena, avaliados pelo preço de custo de aquisição.

Deste 10/2020 devido a problemas internos o saldo do estoque de medicamento está sendo contabilizado repetitivamente, apresentando assim divergências reais de saldos.

Os valores referentes o estoque de grãos, são originados do reconhecimento do contrato de arrendamento:

- Fazenda Caiuana: Prazo de Arrendamento 01/10/2018 a 30/09/2023, totalizando 4.464 sacas de soja e 2.480 sacas de milho anual.
- Fazenda Itapoty (Amambai): Prazo de Arrendamento 16/07/2020 a 01/10/2026, 160 sacas de soja e 160 sacas de milho anual. O milho vai ser pago pelo preço de pauta de soja.
- Chácara Caiúa: Prazo de Arrendamento 01/10/2020 a 30/09/2022, totalizando 110 sacas de soja e 55 sacas de milho anual.

A contabilização do contrato é feita dentro curto prazo, os recebimentos em produtos e avaliados pelo preço de pauta.

k) Estoques / Circulante - Com Restrição - Convênios - Registra-se nesta rubrica os estoques existentes no convênio referentes a materiais de limpeza e expediente do convênio Mato Grosso do Sul, avaliados pelo preço de custo de aquisição.

i) Despesas Antecipadas – Sem Restrição - Registra-se nesta rubrica os valores referentes a seguros apropriar de veículos, Assessoria Técnica/Software e Auditoria Independente.

m) Contas a Receber com restrição e sem restrição / Não Circulante - Registra-se nesta rubrica os valores relativos a ações trabalhistas em trâmite, consideradas como prováveis, com grau de risco e valor estimado pelos advogados responsáveis, cujo percentual de decisão desfavorável, de acordo com o fator histórico é de apenas 3% (Três por cento), não sendo possível estimar a data de conclusão dos processos. A contabilização em contas a receber dos convênios e entidade, no grupo ativo não circulante, se justifica, pois, caso haja conclusão desfavorável, os valores serão arcados pelos convênios, ou seja, o ente governamental.

n) Subvenções a Realizar – Sem Restrição - Registra-se nesta rubrica o valor referente convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Dourados cujo o recebimento ocorrerá em períodos superiores a 12 meses do encerramento do balanço.

NOTA 14 – ATIVO IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado da entidade foram registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação, calculada pelo método linear, mediante aplicações de taxas pré-determinadas pelo Governo Federal para cada item, que levam em conta o tempo útil econômico dos bens.

Conforme aprovação da Assembleia foi realizado um levantamento interno na entidade para regularização do ativo imobilizado, aonde foi feito a baixa e a realocação de alguns bens patrimoniais. Contabilizado pelo centro de custo, justificando assim a variação nas contas do imobilizado.

NOTA 15 – PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações sem restrição e com restrição / Circulante - As obrigações da entidade foram contabilizadas de acordo com o grau de exigibilidade, sendo os realizáveis e exigíveis até o final do exercício seguinte classificados no Passivo Circulante.

a) Fornecedores Entidade - Os valores contabilizados no passivo circulante como fornecedores referem-se a fornecimentos de materiais, insumos diversos e serviços contratados relacionados as atividades da entidade lançados pelo valor original, obtidos nas notas fiscais de entradas.

b) Fornecedores Convênios - Os valores contabilizados no passivo circulante como fornecedores referem-se a serviços contratados relacionados às atividades dos convênios, lançados pelo valor original, obtidos nas notas fiscais de entrada.

c) Empréstimos – Entidade - O valor refere-se ao empréstimo concedido pela Tesouraria Supremo Concílio IPB, o qual será pago em 2022.

Salários, Rescisões, Férias e 13º Salário a Pagar - Entidade e Convênios: Refere-se a valores líquidos de 12/2021 e diferenças a pagar a funcionários.

INSS, FGTS e PIS - Entidade e Convênios: Valores provisionados referentes ao FGTS, INSS e PIS s/folha de pagamento, os quais serão pagos no início do mês de janeiro de 2022.

Contribuição Sindical e Assistencial - Entidade e Convênios: Valores descontados dos funcionários em folha de pagamento, que serão repassados aos credores em 2022.

IRRF, ISS, PIS, COFINS e CSLL Retidos - Entidade e Convênios: Valores retidos em folha de pagamento por ocasião dos pagamentos de salários e de notas fiscais de prestação de serviços, sujeitas a retenções tributárias, que serão repassados ao ente arrecadador no início do mês de janeiro de 2022.

Cheques a compensar - Entidade - Valores referentes a emissões de cheques para pagamentos de despesas em 2021 que serão compensados em 2022.

Pensão Alimentícia e Seguro de vida a Pagar - Convênios: Valores descontados em folha de pagamento dos funcionários, os quais serão repassados aos credores em 2022.

Contas a Pagar - Convênios: Os valores referem-se a alugueis do mês de 12/2021, os quais serão pagos em 2022.

Contas a Pagar – Entidade: Os valores referem-se desconto indevido de funcionário, pagamento e transferência do convênio de Amambai para entidade, arrendamentos, obrigações com terceiros os quais serão pagos em 2022.

NOTA 16 – SUBVENÇÕES CONVÊNIOS PÚBLICOS

Os ingressos de subvenções são recursos provenientes de convênios de parcerias firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas, cujos valores repassados foram usados no objeto dos convênios, previamente definidos pelo Ministério da Saúde/SESAI, Prefeitura Municipal de Amambai e Prefeitura Municipal de Dourados, mantendo em torno de 4.936 funcionários, realizando ações complementares de Saúde atendendo cerca de 5.348.926 indígenas. No exercício de 2021 os valores executados atingiram o montante de R\$ 233.252.798,81 (Duzentos e trinta e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), restando um montante de R\$ 143.736.793,84 (Cento e quarenta e três milhões, setecentos e trinta e seis mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos) a realizar.

NOTA 16.1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS - GLOSAS

A entidade encontra-se com processos administrativos de análise de contas dos convênios firmados em 2011, concluídos. Nestes foram apontadas glosas, tendo as mesmas sido incluídas como dívida ativa perante a União Federal. Os valores não foram incluídos no balanço contábil, considerando que ocorreu a suspensão da inadimplência por determinação judicial, tendo em vista que há divergências jurídicas sobre as glosas apontadas. Os processos administrativos estão junto ao Tribunal de Contas da União – TCU, em sede de tomada de conta especial, podendo ocorrer a reversão das glosas e ainda há requerimento administrativo junto ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, requerendo a revisão da decisão, considerando a divergência jurídica existente sobre a interpretação que indica glosas de alguns elementos de despesas.

NOTA 17 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Não Circulante – com restrição/ sem restrição - As obrigações da entidade foram contabilizadas de acordo com o grau de exigibilidade, sendo os realizáveis após o término do exercício seguinte classificados no Passivo Não Circulante.

a) Provisão Contingencial – Convênios/Entidade – Os valores registrados como passivo contingencial no grupo Passivo não circulante, conforme tabela abaixo, se refere a ações trabalhistas, consideradas como prováveis, com grau de risco e valor estimado pelos advogados responsáveis, cujo percentual de decisão desfavorável, de acordo com o fator histórico é de apenas 3% (Três por cento), não sendo possível estimar a data de conclusão dos processos. A contabilização em contas a receber, no grupo ativo não circulante, se justifica, pois, caso haja conclusão desfavorável, os valores serão arcados pelos convênios, ou seja, o ente governamental.

Tal entendimento é consolidado, pois o real tomador dos serviços trabalhistas que geram essas ações é o próprio ente federal concedente dos convênios, conforme se depreende das ações julgadas em última instância, conforme acórdãos – processo 0000350-37.2012.5.14.0071 do TST e processo TST-AIRR-115-45.2011.5.11.0053, cópias anexas, onde ficaram explícitas, tanto a solidariedade quanto a subsidiariedade. Desta forma, todo o eventual passivo ou ônus de tais ações, onde não houver dolo ou falha da conveniente (MEC) deverá ser arcado e suportado com recursos do próprio convênio, ou seja, do ente governamental. Ressalte-se ainda que ao longo de 18 (dezoito) anos em que a entidade vem se relacionando com o governo federal através dos convênios no âmbito do subsistema de atenção em saúde Indígena (SASI/SUS), sempre lançou mão da utilização de recursos de aplicação financeira, recursos estes que podem e devem ser utilizados no objeto dos convênios, para fazerem frente a estas despesas. Razoável ainda perceber, que assim como os valores convencionais não devem contabilmente ser considerados como receitas da entidade, tais ônus, não são gerados por culpa de má execução ONG, também não devem onerar seu balanço, devendo sim, ser suportado pelo real tomador dos serviços.

NOTA 18 – PASSIVO CONTINGENCIAL

Os dados abaixo se referem a ações trabalhistas que estão tramitando na justiça, as quais não foram provisionadas contabilmente, pois não são prováveis, sendo consideradas possíveis, com grau de risco e valor estimado pelos advogados responsáveis pelos processos, cujo percentual de decisão desfavorável, de acordo com o fator histórico, é de apenas 3% (Três por cento), não sendo possível estimar a data de conclusão dos processos. Importante salientar que em caso de perda das ações mencionadas neste tópico, elas estão nas mesmas condições das ações mencionadas no tópico anterior.

	2021	2020
Provisão Contingencial - Possível	2.147.968,56	3.323.672,94
	2.147.968,56	3.323.672,94

NOTA 19 - EMPRESTIMOS

A Entidade possui empréstimos efetuados junto ao Tesouraria Supremo Concílio IPB, contabilizados no passivo não circulante por não ter prazo definido para pagamento.

NOTA 20 - SUBVENÇÕES A REALIZAR

Registra nesta nota o valor de R\$ 7.126.226,92 (Sete Milhões, Cento e vinte e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos) referente convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Dourados cujo o recebimento ocorrerá em período superior a 12 meses do encerramento do balanço.

NOTA 21 - DEFICIT DO EXERCÍCIO

O Déficit do exercício de 2021 foi de R\$ 337.062,99 sendo que R\$ R\$ 71.777,28 operacional e R\$ 265.285,71 não operacional, o qual será incorporado ao patrimônio social após aprovação em assembleia, em conformidade com as exigências legais estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14 que revogou a Resolução CFC nº 877/2000 (NBCT 10.19) que descreve o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 22- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é composto do patrimônio líquido inicial, acrescido dos superávits e subtraído dos déficits ocorridos e registros de ajustes pertinentes ao longo da existência da entidade, totalizando na data de encerramento do balanço o valor de R\$ 1.233.673,14 (Um milhão, duzentos e trinta e três mil, seiscentos e setenta e três reais e quatorze centavos).

NOTA 23 - AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, cujo saldo final no valor de R\$ 82.496,99 é decorrente de efeitos provocados por erro imputável a exercícios anteriores, cujo saldo será transferido para o patrimônio social após a aprovação da assembleia. No exercício de 2021, ocorreram os seguintes ajustes referentes a exercícios anteriores:

NOTA 24 - RECEITAS DA ENTIDADE

Receitas da entidade - As receitas da entidade são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas, além de recursos originados de convênios com órgãos públicos, sendo reconhecidas pelo seu valor original, segregadas em contas específicas que identificam suas origens.

Pela sua perseverança em se conseguir doações de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo produtos de consumo diário e de pronto para aplicação dentro dos seus objetivos, inclusive produtos alimentícios, a entidade pugnou e recebeu no exercício de 2021 diversas doações, as quais, em virtude de formação de suas origens, não foram acompanhadas dos competentes documentos fiscais por doação. A administração da Missão, no intuito de demonstrar sua total transparência e princípios, consultou a Auditoria Independente Externa, Recebendo parecer técnico, que na ausência destes documentos (notas fiscais e outros correlatos), poderia a Instituição elaborar "Relatório Interno de Doações Recebidas Durante o Mês", registrando; discriminação dos produtos, quantidades, valorando seus preços e identificando os respectivos doadores, concluindo com assinaturas do dirigente da Entidade e de seu Contador. Estes produtos foram doados em sua grande maioria, pelas Igrejas Evangélicas brasileiras, deste e de outros estados da Federação. O valor dos produtos recebidos destes doadores diversos, levados a crédito da Missão Evangélica Caiuá e a débito das contas de despesas específicas atingiram a soma de R\$ 1.087.692,07 (Um milhão, oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e sete centavos).

NOTA 25 - RECEITAS FINANCEIRAS E NÃO OPERACIONAIS

A entidade obteve no exercício Receitas Financeiras e Não Operacionais relativas à, Descontos Recebidos, Rendas S/Aplicações Financeiras, Variação Monetária e Atualização de Impostos e Bonificações e Ganhos Diversos, conforme tabela abaixo:

	2021	2020
Descontos Recebidos	544,80	290,57
Rendas s/ Aplicações Financeiras	4.978,95	4.204,77

Variação Monetária	569,00	68.168,14
Atualização de Impostos	16,87	10,48
Bonificações	279,84	1.438,64
Ganhos Diversos	259.858,72	457.892,32
(-) IR Aplicação	-249,83	-63,79
(-) IOF Aplicação	-712,21	-110,89
(-) Perdas s/ Aplicação	-0,43	-110,56
	265.825,71	531.719,68

NOTA 26 - DESPESAS

Despesas da entidade - Registram-se nesta rubrica os gastos realizados para manutenção e funcionamento da entidade, lançadas contra a apresentação de notas fiscais ou recibos dentro do regime de competência, ou lançadas através de provisões.

NOTA 27 - GRATUIDADES CONCEDIDAS

No atendimento as suas atividades estatutárias, a entidade, no ano de 2021, concedeu as seguintes gratuidades.

- a) Ambulatorial
- b) Hospitalar
- c) Assistência Social

Descrição	Receitas 2021	Despesas 2021	Diferença %	Receitas 2020	Despesas 2020	Diferença %
Totais	3.587.484,82	4.173.850,74	14,04%	3.824.467,84	4.024.167,23	17,22
Sistema Único de Saúde – SUS (Contratualização)	3.077.687,37			3.331.230,76		
Doações/Produtos Recebidas	254.320,93			202.359,80		
Doações Voluntarias	53.677,78			127.968,24		
Outras Receitas	201.798,74			162.909,04		
Despesas Hospitalares	-	4.173.850,74		-	4.024.167,23	

Com base no quadro acima, observa-se que a entidade suporta 14,04% das despesas hospitalares com outros recursos. É necessário destacar que a clientela atendida (população indígena) vem de extrema pobreza, situação que torna imperiosa que todo atendimento seja feito gratuitamente, não tendo outros financiamentos, fazendo com que todo atendimento seja via SUS. Com a “Contratualização”, com os órgãos públicos de saúde, não supre todas as despesas hospitalares, a Missão tem arrecadado doações de diversos materiais, (ver nota 23), junto às entidades organizadas de nossa sociedade, especialmente entre as igrejas evangélicas, as quais representam 5,62 % das despesas hospitalares, objetivando que seja oferecido o melhor possível aos pacientes indígenas.

NOTA 28 - VOLUNTARIADO

Alguns membros e colaboradores da entidade realizam trabalhos voluntários, tendo no ano de 2021, realizado diversas ações, cujos valores foram estimados com base em valor de mercado, conforme demonstrativo abaixo:

	2021	2020
Professores	62.614,86	24.114,24
Diretor	154.082,39	378.629,64
Enfermeiros	0,00	1.758,36
Missionários	0,00	84.139,92
Pastor	81.737,95	0,00
	298.435,20	488.642,16

NOTA 29 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

Apuração do Resultado do Exercício – O reconhecimento das receitas e despesas da entidade é realizado pelo regime de competência.

NOTA 30- TERMO DE RESPONSABILIDADE

A entidade assume inteira responsabilidade pela veracidade e fidedignidade da presente demonstração contábil.

Para efeitos de comparabilidade, as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021, estão sendo ladeadas pelas mesmas peças contábeis em 31/12/2020.

Dourados-MS, 31 de dezembro de 2021.

GERALDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE
CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CPF - 809.843.120-72
CRC/MS-010510/O-0

PARECER DA ASSEMBLÉIA

A Assembleia da Missão Evangélica Caiuá, constituída em 25 de fevereiro de 2022 (Vinte e Cinco de Fevereiro de Dois Mil e Vinte e Dois), tendo em vista o que delibera o Capítulo III, Art. 8º, inciso I do Estatuto devidamente, resolve:

Aprovar as Demonstrações Financeiras, **BALANÇO PATRIMONIAL – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DEMONSTRAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS E NOTAS EXPLICATIVAS**, apresentadas pelo Conselho Diretor referente ao período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Eu, Sergio Paulo Martins Nascimento, escrevi, conferi e assino juntamente com os integrantes da presente Assembleia em 25 de fevereiro de 2022 (Vinte e Cinco de fevereiro de Dois Mil e Vinte e Dois).

Dourados-Ms, 25 de fevereiro de 2022.

Rev. Geraldo Silveira Filho–Presidente - IPB Presb. Roney Marcio Pessoa–Vice–Presidente IPIB Rev. Sergio Paulo Martins Nascimento–Secretário–IP

Presb. Carlos Bonamigo – Tesoureiro IPIB

Rev. Erivan Vieira de Araujo- Membro IPIB

Rev. Daniel Fogaça – Membro IPB

Presb. Flavio Sergio Arantes Pereira- Membro IPB

Presb. Janio Sancjes – Membro IIPB

Presb. Rezembrink Martins de Lima – Membro IIPB

Rev. Jonas Furtado do Nascimento- Membro IPIB

MISSÃO CAIUA

CNPJ/MF nº 03.747.268/0001-80

APRESENTAÇÃO

O Conselho Fiscal, reunido nos dias 22 e 23 de abril de 2022, nas dependências do Convênio da Missão Evangelica Caiuá, - sito a rua Ediberto Celestino, 1494, centro – Dourados – CEP 79.806-050 – MS, com a presença dos membros do Conselho Fiscal, (IPIB) Rev Moacir Enos Rosa, Presb. Sonia Regina Machado Santos, e pela IPB Rev. Simei Ratier Mariano e Presb. Arnaldo dos Santos Vieira, para deliberar sobre Apreciação de Demonstrações Financeiras encerrado e 31 de dezembro de 2021, com vistas ao cumprimento das atribuições do Conselho Fiscal, contida no Estatuto da instituição, Art. 24, Incisos I e II, os quais definem como atribuições, respectivamente **“I – Dar e parecer sobre o balanço anual das contas da Missão Evangélica Caiuá, encaminhado pelo Secretário Executivo, podendo solicitar informações complementares que julgar necessárias ou úteis à sua deliberação; II – Fornecer pareceres sobre a gestão da Missão Caiuá, quando solicitado pela Assembleia Geral.**

DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Iniciando a reunião no dia 22 de abril de 2022, a comissão do conselho teve acessos aos referidos relatórios contábeis; Balanço Patrimonial, as demonstrações contábeis, notas explicativas, Análise das retrospectivas de 2021. Não tivemos acesso ao relatório da auditoria independente, que segundo foi informado que até o presente momento o mesmo não teria sido aprovado. Registramos a presença dos seguintes representantes da Missão Caiuá: Reverendo Silas de Souza da Silva – Coordenador de Área – Campos, Presb. Gil Augusto Costa – Coordenador de Área da Contabilidade, Cleverson Daniel Dutra – Coordenador do RH e Jurídico da Missão Caiuá, Presb. Ângelo Augusto Gomes dos Santos – Coordenador de Área – Administrativo Financeiro, e Nayara Fazan Soares, auxiliar de contabilidade, onde todos forneceram esclarecimentos a respeito dos relatórios que foram apresentados.

ANALISE E PARECER

1. QUANTO AS NOTAS EXPLICATIVAS E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

É um relatório explicativo do contexto operacional da Missão Evangélica Caiuá que apresenta as demonstrações contábeis dos relatórios acima onde detalham a imunidade tributária da Missão e sua forma jurídica exercida conforme legislação vigente, suas contribuições sociais (isenta) e um resumo das principais práticas contábeis adotadas. Apresenta, ainda, uma relação da provisão contingencial dos convênios ora operacionalizados, assim, como descrição dos convênios e números dos processos em andamento até a data finda do relatório.

2. QUANTO AO RELATORIO AUXILIARES COMO ANALISE DA RETROSPECTIVA

Trata-se de relatório auxiliar mensal apresentando todos os lançamentos financeiros que compõem o detalhamento do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, onde apresenta a lisura dos recursos utilizados.

Registre-se que apresentação deste relatório foi determinante para a clareza do movimento contábil

3. QUANTO A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, BALANÇO E NOTAS EXPLICATIVAS.

- a) Foi observado um déficit no resultado operacional, conforme descrito nas notas explicativas no valor de R\$ 337.062,99, onde R\$ 71.777,28 operacional, e R\$ 265.285,71 não operacional, onde este, será incorporado ao patrimônio social após a aprovação da Assembleia, em conformidade com as exigências estatutárias;
- b) Foi verificado um valor de empréstimo da IPB, que demonstra a dificuldade operacional da Entidade, tendo a mesma a incumbência da devolução dos referidos valores para a tesouraria do Supremo Concílio;
- c) Foi observado uma redução na folha de pagamento para o ano 2021 em dados percentuais de 15%, o que demonstra uma melhoria na gestão da Entidade, tendo em vista que a variação do número de pessoas alocadas, apresentou um aumento de 3,9%;
- d) Observa-se que o valor da provisão contingencial convenio/Entidade, classificados como passivo não circulante, para ações trabalhistas, apresenta o valor em 2021 de R\$ 9,13 milhões.

- e) Subvenções e convênios públicos: Os ingressos de subvenções são recursos provenientes de convênios e parceria firmados com órgãos governamentais, com vistas a operacionalizar os projetos da entidade, previamente definidos pelo MS/SESAI, mantendo em torno de 4.936 funcionários. No exercício de 2021, os valores para a execução do programa atingiram o montante de R\$ 233.252,798,81, restando um montante de R\$ 143.736.793,84 a realizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Considerando as explicações apresentadas pela atual Gestão validadas pelos relatórios apresentados;
- Considerando a transparência na aplicação dos recursos dos Convênios firmados e da Gestão da Missão Caiuá;
- Considerando que a Gestão vem aplicando as normas exigidas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAÍ do Ministério da Saúde;

RESOLVE

Aprovar as contas referentes ao exercício de 2021.

Dourados, 23 de abril de 2022

Rev Moacir Enos Rosa

Presb. Sonia Regina Machado Santos
CRC-PR 014.0826/O-8

Rev. Simei Ratier Mariano

Presb. Arnaldo dos Santos Vieira

Relatório da Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Administração da
Missão Evangélica Caiuá
Dourados - MS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ, que compreendem o seguinte conjunto das demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstração do Resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa – método direto e notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, sendo todas encerradas em 31/12/2021.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ, em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), combinado com a ITG 2002 (R1).

Base para opinião com ressalva

Conduzimos nossa auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes, previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

O controle do imobilizado atual, não consegue responder com precisão pelo valor apresentado nas demonstrações contábeis;
Os estoques de medicamentos da Entidade, encontra-se sem informações confiáveis e o valor apresentado nas demonstrações contábeis, não reflete a realidade do mesmo;
O Contas a receber no ativo não circulante, referente a provisão de ações judiciais em contingências, onde a Entidade não possui quaisquer expectativas de recebimento do Governo Federal e o mesmo ser solidário nos processos judiciais, conforme opinião dos assessores jurídicos, sendo um ativo “fictício” em nosso entendimento no valor de R\$ 9.166.472; e A Entidade não realiza a provisão de férias, 13º salário e seus respectivos encargos, o que ocasiona a existência de um passivo oculto, com um valor relevante, devido ao número de funcionários existentes.

Ênfase

Chamamos a atenção para os assuntos tratado nas notas explicativas de nº 16.1, na qual contempla sobre o seguinte assunto:

(i) A Entidade encontra-se com processos administrativos de análise de contas dos convênios firmados em 2011, concluídos. Nestes, foram apontadas glosas, tendo as mesmas sido incluídas como dívida ativa perante a União Federal, no montante atualizado até 31/12/2021 de R\$ 26.270.045, não incluídos no balanço contábil, considerando que ocorreu a suspensão da inadimplência por determinação judicial, tendo em vista que há divergências jurídicas sobre as glosas apontadas. Os processos administrativos estão junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), em sede de tomada de conta especial, podendo ocorrer a reversão das glosas e ainda há o requerimento administrativo junto ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, requerendo a revisão da decisão, considerando a divergência jurídica existente sobre a interpretação que indica glosas de alguns elementos de despesas.

Nosso entendimento quanto ao assunto supracitado, é que a Entidade deve acompanhar o andamento das decisões futuras e caso a decisão judicial venha a “cair”, entendemos que a Entidade deve levar esta informação para balanço contábil.

Nossa opinião não contém ressalva quanto ao assunto relacionado neste tópico.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente, sendo que não tivemos acesso a opinião do profissional anterior.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e planejamos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de

auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Vila Velha (ES), 11 de março de 2022.

CSC AUDITORES E CONSULTORES LTDA
CRC-ES Nº 5.345

CLAYTON CABRAL
Contador – CRC-ES 016.383
Auditor Independente CNAI QTG 4.798
Perito Contador CNPC 7.492